

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Segurança Nacional.....	2
Título: Às compras 1.....	2
Título: No Rio, Carlos atestou presença de assessor do pai.....	3
Título: Militares assumem protagonismo até no Esporte.....	5
Título: MPF cobra explicações, e presidente da Funai ignora.....	7
Título: Em busca da reeleição, Morales se mostra pragmático no caso Battisti	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	10
Título: Militares já se espalham por 21 áreas do governo, de banco estatal à Educação	10
Título: Bolsonaro quer despolitizar Mercosul e reduzir taxa de importação no bloco.....	12
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Vale e Petrobrás lideraram vendas de ativos	14
Título: Empresas de alimentos concentram dívida	15

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Míriam Leitão - Com Alvaro Gribele Marcelo Loureiro (interinos)****Título: Segurança Nacional**

No setor elétrico, há dúvidas se a ambição do governo na construção da usina de Angra 3 se dá pela segurança energética ou pela segurança nacional. **Bento Costa, ministro de Minas e Energia**, tratou a conclusão da obra como "uma das prioridades" da gestão, lembrando que a retomada da economia vai demandar mais energia. Usa, portanto, o argumento da segurança energética. Mas até usinas a diesel forneceriam eletricidade mais em conta. Para atrair investidores, a tarifa saltará de R\$ 240 para quase R\$ 500. A realidade é que a produção nuclear é vista como uma estratégia de segurança nacional pelos militares, especialmente na Marinha, que também constrói um submarino com reator. O problema é esse fascínio ser bancado pelo consumidor de energia.

CARONA COM GUEDES

Na Esplanada, o maior interessado em evitar novos aumentos na conta de luz é Paulo Guedes. "O problema com **Angra 3** não é a tecnologia, é a tarifa. Não há mais espaço para aumentos. A energia a esse preço atrapalha a competitividade do país", explica Luiz Barroso, que já comandou a Empresa de Pesquisa Energética, do governo, e hoje preside a consultoria PSR.

SETOR PRIVADO ATENTO

Os desequilíbrios no setor elétrico não escondem as oportunidades. O grupo francês Engie, por exemplo, está próximo de comprar a TAG, o gasoduto da Petrobras no Nordeste, junto com outros sócios. A venda ficou paralisada por uma liminar da Justiça, derrubada neste início de ano. "Temos um plano ambicioso para o Brasil, com investimentos previstos de R\$ 20 bilhões em dois anos", diz Maurício Bähr, presidente da Engie.

A colunista está de férias.

VEÍCULO: O Globo**Data: 20/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Lauro Jardim****Título: Às compras 1**

Com Guilherme Amado, Athos Moura e Clarissa Stycer

ECONOMIA

O Mubadala, o fundo soberano de Abu Dhabi, está prestes a anunciar a compra de dois ativos no Brasil.

Às compras 2

O Mubadala é também um dos mais fortes candidatos à compra da TAG, a subsidiária que opera gasodutos da Petrobras no Norte e Nordeste. Um negócio de US\$ 8 bilhões cuja venda estava travada, mas que Dias Toffoli liberou na semana passada.

Interesse nas encrencadas

A propósito, os diretores do Mubadala no Brasil se reuniram recentemente com Paulo Guedes. Entre outras coisas, disseram que têm forte interesse em comprar empresas (ou subsidiárias) encrencadas na Lava-Jato. Mas que temem pela segurança jurídica da transação, por causa de algumas questões ainda pendentes em acordos de leniência.

Herança maldita

Pedro Parente ficou exatamente dois anos na presidência da Petrobras. Sabe a quantos processos ele responde desse tempo na estatal? 54.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2019

Seção: O País

Autor: Juliana Dal Piva E Igor Mello

Título: No Rio, Carlos atestou presença de assessor do pai

Tercio Tomaz, que hoje é assessor especial da Presidência, recebeu salário na Câmara Municipal, mesmo atuando diariamente na campanha presidencial; gabinete alega que ele cuidava das redes sociais da família

O vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ) atestou a presença integral do ex-assessor Tercio Arnaud Tomaz, embora o funcionário, na prática, trabalhasse para seu pai, o presidente Jair Bolsonaro. A informação foi obtida pelo GLOBO junto à Câmara dos Vereadores do Rio, por meio da Lei de Acesso à Informação.

Tercio passou a integrar a equipe de Carlos Bolsonaro no dia 6 de dezembro de 2017, quando foi nomeado auxiliar de gabinete, com um salário de R\$ 3.641. Ele permaneceu nos quadros do legislativo carioca até 1 de janeiro deste ano, quando deixou a função para ser nomeado assessor especial da Presidência,

ganhando R\$ 13 mil. Em agosto, O GLOBO mostrou que Tercio fazia parte da equipe de comunicação e mídias sociais da campanha de Jair Bolsonaro. Após a eleição, passou a se apresentar a jornalistas formalmente como assessor de comunicação do presidente eleito — divulgando suas agendas, fotos, vídeos e respondendo a imprensa.

O GLOBO teve acesso às planilhas mensais de frequência dos funcionários do gabinete de Carlos Bolsonaro. Na Câmara dos Vereadores do Rio não há controle de ponto para os comissionados, e cabe aos próprios parlamentares atestarem a presença de seus assessores, relatando faltas, licenças e férias. Apesar de Tercio ficar à disposição de seu pai — tendo acompanhado Jair Bolsonaro inclusive em viagens para outros estados sem a presença de Carlos — o vereador declarou presença integral para o assessor entre dezembro de 2017 e novembro de 2018, período coberto pelos documentos.

EVENTOS AO LADO DE JAIR

Em dezembro de 2017, logo após a nomeação de Tercio, Jair Bolsonaro foi para Manaus, capital do Amazonas, participar de uma solenidade militar. O assessor o acompanhou sem a presença do vereador. Ele proferiu a palestra “Potencialidades da Amazônia”, no Hotel Blue Tree Premium, e participou da formatura dos alunos do Ensino Médio da Escola da Polícia Militar Waldocke Fricke de Lyra, a convite dos estudantes. Além disso, Bolsonaro participou de uma solenidade da Marinha. O assessor continuou a acompanhar o presidente em compromissos e viagens.

Em novembro, quando já se apresentava como assessor de imprensa de Bolsonaro, Tercio viajou a Brasília ao menos uma vez. Em 14 de novembro, Bolsonaro anunciou o nome de Ernesto Araújo como ministro das Relações Exteriores. Apesar de Carlos Bolsonaro estar presente, Tercio atuou como auxiliar pessoal do presidente: convocou a imprensa para a entrevista coletiva e o filmou durante o pronunciamento no Centro Cultural do Banco do Brasil, em Brasília.

Diariamente, Tercio também enviou comunicados à imprensa sobre os anúncios dos ministros. Entre eles, o do Meio Ambiente, Ricardo Salles; da Educação, Ricardo Vélez; de **Minas e Energia, o Almirante de esquadra Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior**; e da Secretaria de Governo, Carlos Alberto dos Santos Cruz.

No mês seguinte, em 13 de dezembro, Tercio cumpria agenda com a equipe de transição em Brasília quando foi para São Paulo com o presidente acompanhá-lo durante exames no hospital Sírio-Libanês e depois em um almoço na casa do

apresentador Silvio Santos. Novamente, Carlos Bolsonaro não acompanhava os dois.

GABINETE NÃO VÊ PROBLEMA

Em 7 de agosto, O GLOBO já tinha obtido a confirmação de um outro funcionário do gabinete de que Tercio não cumpria expediente no local. “Ele é externo. Acompanha o deputado Jair, entendeu? Fica externo”, disse Edivaldo Souza da Silva, assessor de Carlos Bolsonaro no Rio, na ocasião.

Procurado, o chefe de gabinete de Carlos Bolsonaro, Jorge Luiz Fernandes, disse que não vê problemas nas situações descritas pela reportagem, inclusive nos dias em que ele viajou para fora do estado do Rio.

— O Tercio estava a serviço do vereador, e o vereador é responsável pelas redes sociais da família Bolsonaro —argumentou.

Procurado, Tercio não retornou os contatos da reportagem. O Palácio do Planalto afirmou que o presidente Jair Bolsonaro não vai comentar o caso.

Para especialistas, o caso pode configurar ilícitos administrativos, eleitorais e até mesmo crimes.

Thiago Bottino, professor da FGV Direito-Rio, diz que o vereador Carlos Bolsonaro pode ter cometido crime ao atestar a presença de um funcionário que não prestava serviços para a Câmara dos Vereadores.

— Assinar declaração de um fato que não é verdadeiro configura falsidade ideológica—explica Bottino.

Já Paulo Corval, professor da Faculdade de Direito da UFF, diz que a situação pode ter consequências administrativas e eleitorais.

— É evidente a irregularidade e o emprego do servidor em desvio de função, o que é improbidade administrativa —avalia. — Isso também poderia gerar impugnação da candidatura de Jair Bolsonaro, porque pode configurar uso da máquina pública com abuso de poder político.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2019

Seção: O País

Autor: Gustavo Schmitt

Título: Militares assumem protagonismo até no Esporte

Desde o início do governo, 41 assumiram postos-chave; muitos poderão comandar ministérios interinamente; trajetória de presidente e falta de quadros no PSL são apontados como estímulo à presença de integrantes das Forças Armadas

Além dos sete ministros egressos das Forças Armadas, o governo do presidente Jair Bolsonaro tem ampliado a presença de militares no segundo e terceiro escalões. Levantamento do GLOBO com base nos diários oficiais e nos sites dos ministérios aponta um total de 41 cargos já ocupados, incluindo os ministros. São posições-chave de diferentes setores, a começar pela Defesa, mas passam também pelas áreas de infraestrutura, radiodifusão e esporte.

No segundo escalão, pelo menos 15 deles estão no cargo de secretário e alguns podem substituir titulares em pastas como Defesa, Cidadania e Segurança. A pasta com mais militares é a do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), comandado pelo general Augusto Heleno. No total, são 16 cargos. Há pelo menos três generais, seis coronéis, um tenente-coronel, dois maiores, dois capitães, um brigadeiro e um contra-almirante.

Áreas que não são ligadas à segurança também registram a presença de membros das Forças Armadas, seja na ativa ou na reserva. Na área do esporte, por exemplo, o secretário é o general Marco Aurélio Vieira. Na de infraestrutura, o principal programa de investimentos do governo, o PPI, terá à frente o general Maynard Marques de Santa Rosa.

Na área de radiodifusão, o responsável será o coronel da reserva Elifas Chaves Gurgel do Amaral, que responde ao astronauta Marcos Pontes, que é tenente-coronel da Força Aérea da reserva.

Já o escolhido como porta-voz do governo, que passou por turbulências na comunicação nas primeiras semanas, é o general Otávio Santana do Rêgo Barros.

Estatais, fundações e autarquias também têm militares em postos estratégicos. Na Usina de Itaipu, o cargo de diretor geral ficou com o general Joaquim Luna e Silva, que esteve à frente do ministério da Defesa sob a gestão de Michel Temer. O almirante da reserva Eduardo Bacelar Leal Ferreira foi indicado para presidir o Conselho de Administração da Petrobras. Na Fundação Nacional do Índio (Funai), o presidente é o general Franklimberg de Freitas, que tomou posse quinta-feira. Ele também esteve no posto entre maio de 2017 e abril de 2018. O general já foi questionado pelo Ministério Público Federal sobre “possível apoio” da Funai a um empreendimento de mineração em terras indígenas (leia a reportagem abaixo).

Para especialistas e pesquisadores, a estratégia de colocar militares em altos postos retrata a falta de quadros do PSL, legenda que alçou à Presidência Bolsonaro, ele próprio capitão da reserva do Exército, e cuja maior parte dos parlamentares eleitos em outubro ainda não tem experiência política.

CÍRCULO DE CONFIANÇA

Para o coordenador do Núcleo de Estudos em Cidadania, Conflito e Violência Urbana da UFRJ, Michel Misse, a nomeação de militares é uma forma de Bolsonaro cumprir a promessa de se afastar do fisiologismo e do “toma lá, dá cá” tradicionalmente exigido pelos partidos políticos em troca de apoio para governar.

— O mais provável é que como Bolsonaro é ex-capitão do Exército, o círculo de confiança dele naturalmente é composto de mais pessoas das Forças Armadas do que civis. Mas está claro que a escolha de políticos nesse governo tem sido menor do que nos anteriores — afirmou Misse.

E m entrevista esta semana, o vice-presidente general Hamilton Mourão disse que a ocupação de cargos por militares também deve chegar aos cargos federais dos estados. Para Mourão, o critério de escolha não é ser civil ou militar, mas ter capacidade para a função.

A reportagem procurou a Secretaria de Comunicação da Presidência e o Ministério da Defesa para saber a razão da ocupação dos cargos por militares, mas não recebeu resposta até o fechamento desta edição. (colaborou Tiago Aguiar)

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2019

Seção: O País

Autor: Vinicius Sassine

Título: MPF cobra explicações, e presidente da Funai ignora

Procedimento administrativo apura apoio do órgão a projeto de mineração em terras indígenas

Presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) no governo de Jair Bolsonaro, Franklimberg Ribeiro de Freitas ignorou dois ofícios do Ministério Público Federal (MPF) com pedidos de explicação sobre “possível apoio” do órgão a um empreendimento de mineração dentro de terras indígenas na Amazônia. A Constituição Federal veda esta exploração, anão ser que exista autorização do Congresso Nacional e consulta aos índios, o que nunca ocorreu.

Os ofícios foram enviados a Franklimberg em 13 de julho e em 5 dezembro de 2017, quando ele presidia a Funai no governo de Michel Temer. O MPF também cobrou do presidente do órgão uma explicação sobre “possível violação dos direitos dos povos indígenas da região do Rio Negro”, em razão da ofensiva para exploração mineratória dentro das comunidades indígenas em São Gabriel da Cachoeira (AM). Os ofícios chegaram à Funai, mas não foram respondidos, como o MPF no Amazonas confirmou ao GLOBO.

O procurador da República Fernando Soave cobrou do então presidente da Funai explicações sobre a participação do órgão em projetos de um grupo de empresários e lobistas interessados em explorar tantalita e nióbio nas comunidades indígenas do Rio Içana, afluente do Alto Rio Negro. Um deles, o ex-deputado federal Elton Rohnelt, era assessor do gabinete do presidente Temer. Em reunião no MPF, em 23 de junho de 2017, Elton afirmou ser “próximo ao presidente da Funai, Franklimberg, e esteve com ele há pouco tempo para tratar do tema”.

Franklimberg presidiu a Funai entre maio de 2017 e abril de 2018. Três meses depois de ser demitido, aceitou o cargo de presidente do conselho consultivo para assuntos indígenas da mineradora canadense Belo Sun, que tenta destravar uma licença ambiental para operar a extração de ouro a dez quilômetros de terras indígenas no Pará.

Ele não cumpriu quarentena para aceitar o cargo, nem comunicou a Comissão de Ética Pública da Presidência da República, contrariando o que prevê a lei de conflito de interesses. O colegiado abriu processo para apurar eventual infração ética. Franklimberg atuou na Belo Sun até dezembro de 2018. Mesmo com o processo na Comissão em curso, ele voltou à presidência da Funai.

Ao GLOBO, o presidente da Funai afirmou que é preciso “verificar” por que não respondeu aos ofícios do MPF. Disse que esteve por duas vezes com o grupo que tenta explorar a mineração em terras indígenas no Amazonas.

— Manifestei o mesmo posicionamento a eles: exploração mineral em terra indígena só pode ser feita se o Congresso normatizar esse procedimento — disse.

VEÍCULO: O Globo

Data: 20/01/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Em busca da reeleição, Morales se mostra pragmático no caso Battisti

Com o derretimento do chavismo, tenta não se isolar num continente alinhado à liberal-democracia

Em política, nem tudo é o que parece. À primeira vista, não haveria presidentes mais distantes do que Jair Bolsonaro, percebido como líder de uma tendência liberal-democrata emergente no Brasil, e o boliviano Evo Morales, chefe de uma coalizão de nativistas e marxistas andinos, órfãos do Socialismo do Século XXI já soterrado nas ruínas da Venezuela chavista. Ambos saíram da experiência parlamentar para o governo.

Morales ascendeu na etnia uruaimará como sindicalista cocalero (agricultor de coca) e chegou à presidência como um personagem folclórico. Na campanha para a primeira reeleição, em 2010, avisou: “Não estamos de passagem pelo palácio (de governo), chegamos aqui para ficar o resto da vida.” Acaba de completar 13 anos no poder e está em campanha, de novo, ameaçando a oposição. Vai tentar o quarto mandato em outubro, apesar da proibição constitucional e do veto em referendo popular.

Com o seu histórico, não é estranhável a praticidade na extradição do italiano Cesare Battisti, condenado na Itália como ladrão e assassino. Battisti era uma espécie de troféu político requisitado tanto por Bolsonaro quanto pelo ministro do Interior italiano, Matteo Salvini, líder de extrema direita.

Morales entregou Battisti a Roma, sem deixar arestas com o governo Bolsonaro. Enfrenta críticas pela presteza “com a direita” no próprio partido, sobretudo da ala chefiada por seu vice-presidente, Álvaro García Linera, ex-militante da guerrilha indigenista-marxista boliviana.

Sua prioridade é a reeleição. Diante do derretimento do chavismo, tenta não ficar isolado numa América do Sul alinhada ao conservadorismo. Esteve na posse de Bolsonaro e passou a chamá-lo de “hermano” (irmão), tratamento que reservava a Lula, seu amigo e protetor, mesmo quando expropriou a **Petrobras** usando tropas militares.

O pragmatismo de Morales decorre, também, da renegociação neste ano dos contratos de **fornecimento de gás natural à Petrobras**, essenciais à economia boliviana — há risco de redução dos valores reajustados nos governos Lula e Dilma.

No cenário doméstico, viu-se derrotado: não conseguiu a prometida saída para o Pacífico, perdida há um século em guerra com o Chile. Em Brasília, assistiu a Bolsonaro negociar com o presidente chileno, Sebastián Pinera, um Corredor Bioceânico via Brasil, Chile, Paraguai e Argentina, com exclusão da Bolívia.

Morales voltou a La Paz e viu no caso Battisti a oportunidade de, outra vez, acenar com pragmatismo ao seu mais novo “hermano” brasileiro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 20/01/2019

Seção: Poder

Autor: Rubens Valente

Título: Militares já se espalham por 21 áreas do governo, de banco estatal à Educação

Membros das Forças Armadas obtêm relevância inédita no Executivo desde a redemocratização e vão administrar orçamentos bilionários

Os militares nomeados ou prestes a serem nomeados já passam de 45 no governo de Jair Bolsonaro, espalhados por 21 áreas: da assessoria da presidência da Caixa Econômica ao gabinete do Ministério da Educação; da diretoria-geral da hidrelétrica Itaipu à presidência do conselho de administração da Petrobras.

O Exército, do qual vieram o presidente e seu vice, Hamilton Mourão, tem maioria entre os membros do governo: eram 18 generais e 11 coronéis da reserva até esta sexta (18) — o número cresce a cada dia.

Militares agora comandam o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte), a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), a presidência da Funai (Fundação Nacional do Índio) e sete ministérios: Secretaria de Governo, Defesa, **Minas e energia**, Infraestrutura, GSI (Gabinete de Segurança Institucional), CGU (controle interno e transparência) e Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Generais da reserva ou reformados ocupam cinco cargos no comando da Secretaria-Geral da Presidência, comandada por um civil, o advogado Gustavo Bebianno. No Ministério de Justiça do ex-juiz Sergio Moro, os militares se espalharam pela Secretaria Nacional de Segurança Pública de forma inédita desde que o órgão foi criado, em 1997. Vinculados ao secretário nacional, o general da reserva Guilherme Theophilo, estarão três coronéis — a pasta confirmou que as nomeações devem sair nos próximos dias. No gabinete de Moro, um suboficial do Exército atua como assessor técnico.

O levantamento da Folha sobre os militares no governo não incluiu membros de forças policiais estaduais, como Polícia Militar e Bombeiros, e considerou apenas dois nomeados no Gabinete de Segurança Institucional, um órgão normalmente ocupado por militares, o ministro Augusto Heleno e o general Eduardo Villas Bôas, que até o dia 11 comandava o Exército.

A força econômica dos setores com presença militar ultrapassa as centenas de bilhões de reais. Apenas a Petrobras, maior empresa do país, teve uma receita estimada em R\$ 283 bilhões em 2017.

Historiadores ouvidos pela Folha concordam que não houve, desde a redemocratização, em 1985, uma avalanche de militares no Executivo como a atual.

A historiadora e cientista política da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) Heloisa Starling, que atuou na Comissão Nacional da Verdade, disse que um número tão grande de militares no Executivo é “muito pouco usual numa democracia, em especial em cargos estratégicos” e situação semelhante só foi registrada no Brasil durante a ditadura (1964-1985).

Mas ela não acredita que isso indique automaticamente “uma pretensão autoritária”. “Deveríamos nos preocupar é [com o fato de] que os militares não são formados para a atividade política, mas sim para o confronto com o inimigo. A política é o oposto disso, ela amplia a capacidade de construção do consenso”, disse Starling.

Para a historiadora, “não se sabe ainda como se dará a gestão administrativa num ambiente democrático de embate de ideias e críticas”.

Carlos Fico, historiador da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), acredita que a maior presença de militares no governo “decorre do perfil do presidente, ele próprio militar reformado e que, como parlamentar, procurou defender causas associadas às polícias militares e aos militares propriamente ditos”.

“Os militares expressam, no Brasil, a onda conservadora que atinge outros países porque eles são o grupo conservador mais organizado do país. Não havia, até recentemente, um partido assumidamente de direita por aqui”, disse Fico.

Para o professor, “o despreparo e a inexperiência” do grupo político de Bolsonaro também ajudam a entender a presença militar no governo, pois os militares “supostamente seriam bem preparados e conhecedores da realidade nacional”.

Na terça (15), o ministro da Secretaria de Governo, o general Santos Cruz, disse não ver vantagens nem desvantagens na presença militar no governo. “A situação de militar não coloca nada demais. Coloca só mais responsabilidade, porque a gente representa uma corporação inteira.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 20/01/2019****Seção: Mercado****Autor: Raquel Landim****Título: Bolsonaro quer despolitizar Mercosul e reduzir taxa de importação no bloco**

Meta é concentrar esforços na negociação de acordos comerciais, preservando autonomia dos países

Com o apoio de Argentina, Uruguai e Paraguai, o governo Jair Bolsonaro pretende despolitizar o Mercosul e promover ampla redução das tarifas de importação do bloco.

Na quarta-feira (16), os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, e da Argentina, Mauricio Macri, deram pistas do que querem fazer ao falarem em um Mercosul mais enxuto e na revisão da TEC (Tarifa Externa Comum, a taxa unificada de importação de produtos de fora do bloco) durante encontro em Brasília.

Segundo membros da equipe econômica de Bolsonaro, enxuto significa um Mercosul focado em um comércio dentro do bloco mais eficiente, com menos excepcionalidades, e menos político.

Não caberá ao Mercosul se envolver em questões que não lhe dizem respeito, como a crise no Oriente Médio. A Venezuela segue como preocupação importante de Brasil e Argentina, mas está fora do bloco.

Também não ficará no radar do Mercosul avançar em direção a uma moeda comum ou qualquer inovação que comprometa a independência dos países.

Nas palavras de assessores do presidente brasileiro, a ideia não é ser uma filial de Bruxelas, em referência à cidade-sede da União Europeia.

Os esforços serão concentrados em dar continuidade à negociação de acordos comerciais e, ao mesmo tempo, promover uma redução unilateral das tarifas.

Conforme apurou a reportagem, a revisão da TEC, incluída no comunicado conjunto de Brasil e Argentina, está sendo planejada para ocorrer de duas formas concomitantes.

A primeira é uma reorganização geral da estrutura, que tem cerca de 25 anos e centenas de exceções. A ideia é promover um corte generalizado de alíquotas para elevar a competitividade da economia e retomar a lógica de que insumos devem pagar menos tarifas do que produtos acabados.

Para o governo, nenhum país em desenvolvimento conseguiu tomar o elevador rumo ao mundo rico sem incrementar o comércio exterior.

Esse tipo de abertura horizontal, que afeta todos os setores, é a preferida do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O momento para renegociar a TEC no Mercosul é favorável por causa da entrada de governos mais liberais no Brasil e na Argentina.

A segunda vertente da abertura é discutir especificamente a redução das tarifas de importação de quatro setores: **siderurgia, petroquímica, bens de capital e bens de informática e telecomunicações.**

Esses produtos são insumos importantes das cadeias produtivas e considerados pelo governo como fundamentais para reduzir os custos das empresas e elevar a competitividade do país.

Na siderurgia e na petroquímica, uma revisão mais ampla terá de ser discutida com os demais membros do bloco.

Em bens de capital e bens de informática e telecomunicações, o Brasil poderia fazer isso sem a aprovação dos demais países, pois o Mercosul prevê regimes especiais.

Ainda não está definido para quanto as tarifas de importação cairiam nem que período.

A abertura unilateral do Mercosul já vem em discussão no governo desde a gestão Michel Temer (MDB). No fim de 2018, o governo concluiu a negociação no Mercosul para reduzir as tarifas de 49 produtos químicos.

Além disso, um estudo feito pela SAE (Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos), da Secretaria-Geral da Presidência, sugeria reduzir as tarifas de importação de bens de capital e bens de informática e telecomunicações para, no máximo, 4% até 2021.

Também falava em propor ao Mercosul uma redução da TEC com uma “fórmula transversal”, que promova não só um corte linear para todos os setores, mas redução mais expressiva das tarifas mais altas.

Ainda não se sabe o quanto dessas sugestões serão aproveitadas pelo governo Bolsonaro. No entanto, técnicos que atuavam na antiga SAE e defendem essas ideias têm hoje cargos de destaque no ministério comandado por Paulo Guedes.

A abertura da economia vai enfrentar resistência da indústria. Sob condição de anonimato, representantes dos setores de bens de capital e de bens de informática dizem que a redução das tarifas de importação é inevitável, mas que deveria vir acompanhada de desonerações para compensar.

Em reunião no início de dezembro com uma coalizão industrial, Guedes afirmou que a redução de tarifas seria gradual e acompanhada de medidas de competitividade.

A promessa voltou a ser repetida em sua posse.

Alguns industriais, contudo, dizem temer a “voracidade” da equipe liberal do ministro.

No apagar das luzes do governo Temer, foi feita uma tentativa para agilizar a abertura comercial.

O antigo Ministério da Fazenda tentou votar a redução, de uma só vez, para 4% das tarifas de bens de capital e de bens de telecomunicações e informática na última reunião do ano da Camex (Câmara de Comércio Exterior).

Representantes dos dois setores mobilizaram deputados e senadores e chegaram a apelar diretamente a Temer. Acabaram barrando a iniciativa. Com um novo governo, vai ficar mais complicado resistir.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Vale e Petrobrás lideraram vendas de ativos

Os endividamentos da Vale e da Petrobrás subiram por razões diferentes. A mineradora sofreu forte impacto dos baixos preços do minério em um momento em que ainda fazia pesados investimentos, sobretudo colocar em pé o bilionário projeto de Carajás, no Pará, enquanto a Petrobrás teve seu nome envolvido nos escândalos de corrupção da Operação Lava Jato, que afetaram sua reputação tanto no Brasil quanto no exterior.

A rentabilidade da estatal também foi dragada pela política de controle de preços dos combustíveis, adotada pela gestão do PT. As gigantes, no entanto, convergiram ao adotar a estratégia de redução do endividamento por meio de cortes de custos, mudanças de estratégias de negócios e da venda de ativos não estratégicos. Desta forma, reduziram seu endividamento combinado em 32,8%

entre setembro de 2015 e setembro de 2018, para um total de R\$ 334,7 bilhões, segundo dados da consultoria Economatica.

A Petrobrás informou que, de setembro de 2016 a setembro de 2018 reduziu em um terço a relação entre a dívida líquida e a geração de caixa (medida pelo Ebitda – lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações). O indicador está em 2,96 vezes, abaixo do índice de 3, considerado pela S&P Global o limite para um endividamento saudável. A empresa destacou a mudança da política de preços – alinhada a padrões internacionais – como outro fator positivo.

A mineradora Vale lembrou que, em um ano, conseguiu reduzir seu endividamento em US\$ 10,3 bilhões em setembro. Com isso, a companhia afirma ter chegado ao menor endividamento líquido em uma década. A Vale afirmou que sua dívida é equivalente a 0,7 vez sua geração de caixa – trata-se, segundo a mineradora, do menor patamar desse indicador desde o primeiro trimestre de 2012, ou quase sete anos. / M.S. e F.S.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 20/01/2019

Seção: Economia

Autor: Mônica Scaramuzzo Fernando Scheller

Título: Empresas de alimentos concentram dívida

Companhias como BRF, JBS e Marfrig estão entre as dez mais endividadas do País; esse grupo registrou aumento de débitos em 2018

A busca pela redução do endividamento continuará sendo tarefa prioritária de grandes empresas brasileiras em 2019. Além de pedir mais prazo para bancos e credores, corporações que antes focavam a expansão dos negócios – mesmo que à custa de mais endividamento – deram início a um plano agressivo de venda de ativos para melhorar a rentabilidade. A tendência deve ser notada na maioria das dez companhias mais endividadas do País, grupo que viu suas obrigações crescerem 8,1% entre setembro de 2015 e setembro de 2018, para R\$ 219,8 bilhões, segundo a Economatica.

A retomada da economia no ano passado, apesar de lenta, já começou a se refletir no balanço das companhias, segundo Carlos Sequeira, analista do BTG Pactual. "À medida que a economia se recupera, essas empresas podem reduzir sua capacidade ociosa", afirma. Para o diretor da área de grandes empresas do Bradesco BBI, Carlos Pedras, a perspectiva de retomada do consumo pode reforçar o caixa das empresas em 2019. "Os investimentos poderão ser retomados aos poucos." Alimentos. Das dez maiores empresas endividadas,

excluindo Petrobrás e Vale, as companhias de alimentos concentram o maior débito.

A gigante dos alimentos BRF, dona de Sadia e Perdigão, viu sua dívida quase triplicar em três anos (veja quadro acima). O resultado é reflexo da crise de gestão que ficou transparente a partir de 2017, quando a empresa reportou o primeiro prejuízo de sua história. Para virar o jogo, a BRF anunciou um plano de desinvestimentos de R\$ 5 bilhões. Segundo Lorival Luz, chefe de operações globais da BRF, além de vender operações na Argentina, na Europa, na Tailândia e imóveis, a companhia estruturou captação de R\$ 875 milhões no mercado financeiro.

A Marfrig foi pelo mesmo caminho. A companhia usou parte do dinheiro da venda da americana Keystone – US\$ 2,4 bilhões – para reduzir sua alavancagem. A dívida líquida caiu para 2,5 vezes a geração de caixa (medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações – Ebitda). Líder global em carne bovina, a JBS encerrou setembro com o maior endividamento do setor, de R\$ 49,5 bilhões. Embora a dívida tenha crescido no período, a alavancagem caiu de 3,45 para 2,99 vezes no resultado em reais.

Entre o segundo trimestre de 2017 e o terceiro trimestre de 2018, o grupo pagou US\$ 4,3 bilhões em dívidas. Afetadas pela crise global do aço, com excesso de produção, as siderúrgicas também foram atingidas em cheio pela recessão. A Gerdau saiu de negócios nos EUA e Índia, reduzindo seu endividamento em R\$ 6,1 bilhões. Na CSN, a situação é mais delicada. Com dívidas de R\$ 26,2 bilhões, a siderúrgica de Benjamin Steinbruch conseguiu vender uma operação pequena nos EUA e agora quer se desfazer de ativos na Europa.

Infraestrutura. Outro setor que ainda luta para se recuperar é o de energia elétrica. A Cemig diz ter enfrentado uma "tempestade perfeita": sofreu com investimentos malsucedidos, distribuição exagerada de dividendos e mudanças de regras no governo Dilma Rousseff, diz o diretor de finanças e relações com investidores da empresa, Maurício Fernandes. Segundo o executivo, desde o fim de 2017 a empresa conseguiu alongar seu perfil de dívida, com captações de recursos no Brasil e no exterior.

A Cemig agora tem três ativos na fila do desinvestimento: a Renova, a usina Santo Antônio e a Light, que chegou a ser negociada com a gestora GP. A CPFL Energia destacou, em nota, a redução de seu endividamento – que, no terceiro trimestre de 2018, ficou em 2,92 vezes o Ebitda. No mesmo período de 2017, era 3,24 vezes. A estatal Eletrobrás diz perseguir a meta de 3 vezes a relação entre dívida e Ebitda. No terceiro trimestre, o índice chegou a 3,3 vezes, ante 8,8 vezes em junho de 2016.

A concessionária CCR afirma que o aumento de sua dívida está relacionado a investimentos feitos entre 2013 e 2018, que somaram R\$ 17,5 bilhões. A Braskem diz, em nota, que a redução de seu endividamento de 2015 a 2018 decorre de sua forte geração de caixa, incluindo a entrada em operação do Complexo Petroquímico do México.

MME / ASCOM .